

PATRIMÔNIO CULTURAL, SUSTENTABILIDADE E GLOBALIZAÇÃO

RAMALHO FILHO, Rodrigo – Doutor/EHESS – Paris (1)

(1) Universidade Federal de Alagoas – UFAL, rarf@fapeal.br

RESUMO

A globalização tem demonstrado constituir-se uma nova e surpreendente ameaça, ao exacerbar a desigualdade econômica e a exclusão social entre as nações e no interior das mesmas.

Cenário de incertezas, instabilidade estrutural e contradições, aí prosperam ao menos três grandes revoluções imbricadas, acelerando o fenômeno: tecnológica, em especial a digital; econômica, unificando; cultural, promovendo a uniformização de valores, atitudes, produtos, estilos de vida.

Tal homogeneização cultural põe em risco a identidade e o patrimônio cultural locais, regionais, nacionais, superpondo-lhes uma cultura mundial. Mas, surpreendentemente, também provoca a ressurgência de identidades nacionalistas, religiosas e outras. Os movimentos contrários à idéia da universalidade do desenvolvimento capitalista, ampliam-se a cada reunião de cúpula dos países centrais, evidenciando a insustentabilidade do modelo e conclamando para urgente mudança de paradigma.

Neste estudo, elegeu-se a dimensão cultural do desenvolvimento sustentável como ponto de partida para a reflexão sobre este novo paradigma, evidenciando aspectos voltados aos usos do patrimônio cultural, especialmente ao exprimir-se em ambiente construído, num contexto de rápida transformação. Busca-se uma relação equilibrada do ser humano entre si, com a natureza e com o ambiente construído.

Palavras-chave: Sustentabilidade; globalização; patrimônio; meio urbano

1. INTRODUÇÃO

A globalização tem demonstrado constituir-se uma nova e surpreendente ameaça, ao exacerbar a desigualdade econômica e a exclusão social entre as nações e no interior delas mesmas. A mesma dinâmica uniformizadora que se supõe integrar os países, globaliza a miséria. Além disso, o frenesi da modernização e do consumo, exacerba os custos sociais e ambientais locais e globais.

Nesse contexto, as dúvidas e contradições se delineiam e permanecem sem resposta. Trata-se de um novo fenômeno ou de um neologismo descritivo de um evento cíclico, originado desde a expansão capitalista do século XVI? De um conceito sinônimo de internacionalização dos mercados, das finanças, dos problemas ambientais e exclusão das maiorias? De um mito, farsa ou falsa integração, nova forma de dominação política, econômica e cultural das sociedades do conhecimento (um quinto da população mundial efetivamente beneficiário) sobre o resto do mundo? De crescimento econômico espetacular dentro da desigualdade, da miséria e das calamidades sociais? Ou de fenômeno autofágico desta economia, que resultaria em efeitos globais incontroláveis? Ou ainda de uniformização cultural e de alienação, acompanhadas, contraditoriamente, da ressurgência identitária e de uma nova cidadania global, mas contrária à própria globalização, conforme demonstrado nos últimos acontecimentos de Seattle, Praga, Davos, Quebec e Gênova?

2. GLOBALIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DO MUNDO: FENÔMENO INEXORÁVEL?

Embora o cenário apresente-se de profunda instabilidade estrutural, cuja única certeza é de fato a incerteza, evidenciam-se do quadro contraditório da globalização, ao menos, três grandes rupturas (RAMONET, 1997) – ou revoluções, se observadas com otimismo –, imbricadas e convergentes, a seguir delineadas sumariamente, acentuando-se a última delas por vincular-se diretamente ao tema aqui tratado:

- *Tecnológica*: a máquina, que substituía os músculos, agora, substitui o cérebro – eletrônico – fruto direto da *revolução* digital, permitindo a comunicação em tempo real, a aproximação dos lugares, dos indivíduos, dos grupos, das populações (pelo aumento da velocidade, pela diversificação dos meios e pela redução dos custos de transporte) e a superação das fronteiras do tempo (transgredindo o passado-presente-futuro, em função da posição do sujeito, em relação à longitude) e do espaço (a visão da cena, em tempo *real*, em qualquer ponto observado do Planeta). A serviço dos governos, tal *revolução* amplia os controles sobre o indivíduo. A serviço do mercado, especialmente financeiro, abre as possibilidades às atividades permanentes (Bolsas), imediatas (decisões) e imateriais (capitais por impulsos eletrônicos).
- *Econômica*: a unificação ou integração dos mercados e a movimentação espetacular dos fluxos mercantis e financeiros resultam das possibilidades oferecidas pela *ruptura* ou *revolução* precedente. Tal unificação é marcada pela liberalização e desregulamentação dos mercados de bens e serviços, pela produção e consumo desenfreados, pela *marchandização* de tudo. Ela caminha para a insustentabilidade, pela falência do modelo, diante da insuportável desigualdade e exclusão, pela divisão da humanidade em duas classes: uma minoria globalizada e a maioria que jamais terá acesso aos benefícios desse processo, levando o mundo ao risco de uma explosão social decorrentes de violência, miséria, fome, migrações em escala mundial. A insustentabilidade do modelo também revela-se pela pressão acelerada e exponencial sobre o meio ambiente, fornecedor de recursos e receptáculo de resíduos, inclusive da obsolescência programada dos produtos.
- *Cultural*: a potência destruidora do neoliberalismo globalizado manifesta-se gravemente pela tentativa de padronização do mundo, conduzindo ao pensamento único, à uniformização de valores, atitudes, comportamentos, produtos, estilos de vida, espaços urbanos, às sociedades supostamente planetárias, conduzidas, no momento, pelos ideais e estilo de vida de apenas uma delas – a norte-americana - como se as demais estivessem anestesiadas por um processo de *macdonaldização* do mundo.

Tal homogeneização cultural, põe em risco a identidade e o simbolismo do patrimônio cultural local, regional e nacional, misturando-lhes, ou mesmo superpondo-lhes concepções e valores de uma *cultura mundial*, decretando a morte da tradição, provocando segregações e frustrações sociais e, graves conflitos entre classes sociais e entre o local e o universal.

Do ponto de vista político, concomitantemente ao processo de simplificação cultural, *mediatizado*, assiste-se ao enfraquecimento do Estado-Nação, que demonstra não só sua impotência e incompetência gestonária, referente ao seu papel regulador do mercado e de protetor dos interesses da sociedade, mas também a redução de seu espaço de atuação política, diante de sua interdependência ou mesmo dependência dos blocos regionais, demonstrando a perda de sua significância, em favor das organizações financeiras e empresas supranacionais, como exemplificado nas recentes crises financeiras regionais.

Localizadas nas metrópoles mundiais - centros hegemônicos do poder econômico e político -, estas organizações, ditam modelos de produção e consumo, que influenciam a organização espacial das metrópoles e cidades periféricas, direcionadas para suas minorias privilegiadas, por quem somente podem ser assimiladas.

3. GLOBALIZAÇÃO E ESPAÇO CONSTRUÍDO: REFLEXOS SOBRE A CIDADE

Enquanto estruturas complexas, as cidades representam o espaço construído por excelência, concentrando nível máximo de antropização e desprezando a simbiose original entre Homens e Natureza, fundamental para sua sobrevivência física, psíquica e simbólica (NOVELLO, 2000). A

compreensão dessa relação complexa, assim como da deterioração das condições de vida urbanas, parece ter ocorrido com mais vigor a partir das Conferências das Nações Unidas, popularizadas como Habitat I, em Vancouver, 1976 e Habitat II, em Istambul, vinte anos depois. Também tem-se constatado, a tendência à metropolização em escala mundial, agravada especialmente nos países em desenvolvimento, diante do seu quadro de explosão populacional, de expansão da migração rural-urbana e da falta crônica de recursos. Nestes países, metrópoles e cidades de várias escalas se tornam insustentáveis pelas crescentes deseconomias e externalidades negativas (ALVA, 1997), que refletem, ao mesmo tempo, os graves problemas nacionais, a incapacidade material e humana para resolvê-los, mas também a adoção submissa de modelos urbanos e arquitetônicos exógenos, advindos do processo globalizante supracitado, os quais vêm agravar os desarranjos espaciais e culturais de um processo de crescimento urbano já descontrolado (NOVELLO, 2000).

De fato, a ordem global invade o local, impondo-lhe a sua única e própria racionalidade através das suas inovações, que passam a ser imitadas (SANTOS, 1994: 272). A influência sobre espaços cada vez maiores e distantes exercida pelas metrópoles globais hegemônicas, se revela nos domínios econômico, político, mas sobretudo cultural, evidenciado espacialmente pelos desenhos urbanos e arquitetônicos importados, modismos e símbolos de alinhamento global, portanto, distantes da realidade local das sociedades periféricas e subdesenvolvidas. Nessa condição, quando associados ao "desemprego tecnológico" advindo do mesmo processo avassalador internacional, tais modelos contribuem para a ampliação das desigualdades entre a cidade *legal* (das minorias privilegiadas), da cidade *real* (ALVA, 2000:7-8).

O *apartheid* social aí estabelecido - espacializado naquilo que eufemisticamente o poder público chama de ajuntamentos sub-normais, ou seja, favelas - vem constituir obstáculo à própria integração global perseguida, desestimulando investimentos e realocações empresariais externas, mas, sobretudo exacerbando as referidas deseconomias de aglomeração e comprometendo ainda mais os ambientes natural, econômico, social e cultural urbanos e, portanto, as próprias chances de desenvolvimento do próprio cidadão. Tais deseconomias, similares no mundo urbano subdesenvolvido, são apontadas pelos recentes documentos relativos à construção da Agenda 21 brasileira (2000), nos capítulos que se referem aos assentamentos humanos: ocupações desordenadas e ilegais do solo, favelização em expansão, demandas insatisfeitas por infra-estrutura básica e serviços urbanos, impermeabilização excessiva do solo e desaparecimento dos espaços verdes urbanos, incidência de pobreza extrema, desemprego e precarização do emprego, entre tantas outras.

Entretanto, a visão reducionista e o tratamento fragmentado dos problemas da cidade impedem, por exemplo, a apreensão de questões imateriais, igualmente relevantes, como a crise de identidade cultural e a consequente alienação e perda de iniciativas próprias, as quais representam uma das dimensões da crise urbana (ALVA, 1997: 43). Efetivamente, a interação da própria cidade às redes regionais, nacionais e transnacionais, a "modernização" e a transformação, ou a eliminação de lugares e edifícios significativos, ou mesmo suporte de formas culturais e experiências comuns, constituem sempre uma grande ameaça à manutenção dos valores locais não globalizados, levando à perda de referências, de identidade, de *pertencimento*. O mesmo ocorre quando da ruptura com a paisagem e com o entorno originais, referências identitárias individual e coletiva. De fato, essa tendência à homogeneização e padronização, conduz ao desenraizamento das coisas, das gentes e das idéias (IANNI, 1992: 99), pondo em risco a identidade e o simbolismo do patrimônio cultural local.

Em contrapartida, o cenário globalizado, tem também provocado o surgimento de uma nova cidadania – a planetária, informada e *mediatizada* (informatizada?) - além da ressurgência de identidades não-oficiais, de tipo cultural: locais, nacionalistas, étnicas, religiosas... A reafirmação do espaço de identidade na contramão da supracitada homogeneização vem garantir a reivindicação, não apenas da excepcionalidade cultural, mas, tão simplesmente, das diferenças, reforçando particularidades e revitalizando antigas identidades nacionais não identificadas com a universalização. Assim, vem proporcionar o resgate dos valores e difundir as culturas locais em sentido inverso, através, até, dos próprios instrumentos de comunicação versáteis e *performantes* da revolução digital. Mas vem, sobretudo, despertar a consciência para os diferentes níveis e contradições da suposta integração mundial e, consequentemente, para a procura de novos estilos de desenvolvimento. A partir deles, a busca de configurações espaciais, particularmente urbanas, mais bem apropriadas aos contextos locais, tendo como ponto de partida, o patrimônio cultural e natural, como dimensão fundamental deste novo processo, exigindo, no entanto, a compreensão de sua significação complexa e plural.

4. PATRIMÔNIO: SIGNIFICAÇÃO COMPLEXA E PLURAL

A noção de patrimônio evoca significados distintos relacionados à herança, ao legado e conseqüentemente à posse, pessoal ou coletiva, mas também ao sentimento de pertencer, de *pertencimento*. Conceito fragmentado e polivalente, é comumente associado às posses individuais, mas também à responsabilidade em relação às gerações futuras.

O patrimônio cultural é, por sua vez, um termo já consagrado, embora limitado, desde o início, pela sua associação aos bens tangíveis – proteção de grandes monumentos, sítios históricos, obras de arte. A evolução e extensão do conceito resulta na sua visão contemporânea, através da qual é associado à construção social, reunindo indivíduos e grupos em torno de um sentimento identitário, de uma entidade coletiva, abstrata, mas visível por aqueles que aí se reconhecem (MICLOUD, 1995). Construído a partir de referências, os bens intangíveis – história, tradições, oralidade, valores, saberes locais... - embora ainda mais frágeis que os primeiros e mutáveis no tempo, adquirem a importância devida, sobretudo porque somente através destes últimos, os bens tangíveis, são interpretados

Ao renovar-se, o conceito de patrimônio, vem traduzindo, atualmente, não exclusivamente os bens culturais, mas também o patrimônio natural (BRUNDLAND, 1991), os quais se tornam complementares, sinérgicos e indissociáveis. Nesse sentido, é importante observar que a natureza, além de provedora de recursos, se apresenta como marco cultural, contribuindo para a definição de uma identidade local (as comunidades lagunares?), regional (o sertanejo?), nacional (o país tropical). Além disso a importância da cultura e sua relação intrínseca com a natureza têm sido reconhecidas como instrumento do processo de desenvolvimento (UNESCO, 1997). Mas, apesar da integração desses dois domínios, os discursos e práticas oficiais, sejam nacionais ou internacionais, revelam que somente o patrimônio em escala monumental ou de valor excepcional, é objeto de reconhecimento, valorização e regulamentação, em detrimento do patrimônio vernacular. Entretanto, essa interação entre as dimensões natural e cultural do patrimônio apresenta importância prática e significativa na construção de um outro desenvolvimento. Trata-se de valorizar o patrimônio, natural, cultural ou combinado, atribuindo-lhe um novo papel no cenário atual, perverso, dito globalizado.

5. PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: DIMENSÕES DE UM OUTRO DESENVOLVIMENTO

Nesse contexto mundial em rápida mutação, a progressiva imposição de uma cultura uniformizada, destruidora de formas, sistemas e valores, vem gerando um cenário de crise de identidade em escalas diferentes e um grave clima geral de insatisfação. Esse cenário requer urgente mudança de paradigma diante da *insustentabilidade* do modelo de desenvolvimento socioeconômico capitalista, então prevalecente. Nesse sentido, é importante ressaltar o conceito de desenvolvimento *sustentável* que preconiza a harmonização de objetivos sociais, ecológicos e econômicos, já explicitada nos fundamentos ainda não superados do seu conceito predecessor - o *ecodesenvolvimento* (Que Faire?, 1975): endógeno, contando com suas próprias forças (*self-reliant*); voltado à satisfação das necessidades fundamentais – materiais e não-materiais – das populações envolvidas; em harmonia com o meio ambiente; fundado sobre transformações estruturais.

Conceito institucionalizado pelo Relatório Brundtland, em 1987, as suas dimensões vêm sendo ampliadas, tendo sido propostas, recentemente, oito delas (SACHS, 1996), a seguir sumarizadas: *social* (equidade); *econômica* (eficiência no uso dos recursos); *ecológica* (capital natural); *ambiental* (reprodutibilidade, regeneração natural); *espacial* (compatibilidade e complementaridade de usos); *política - nacional* (democracia, coesão social); *política - internacional* (co-desenvolvimento norte-sul); *cultural* (inserção global, modernização com preservação da identidade local).

Embora constituam dimensões indissociadas, os limites da abordagem deste modesto estudo, enfoca as componentes cultural e natural do desenvolvimento sustentável e mais precisamente, o patrimônio – em sua acepção plena, já referida – elegendo-o como ponto de partida para a reflexão sobre um novo paradigma, confrontado com o processo de globalização e seus reflexos na cidade - ambiente construído por excelência - sem desconhecer, ao mesmo tempo, o grande desafio e a importante oportunidade que apresenta para desencadear elementos de mudança.

a) O patrimônio como desafio:

Indiscutivelmente um desafio, diante do maremoto avassalador do processo em apreço, exigindo enfrentamento que envolve, ao menos, cinco ações estruturadoras:

- *Questionar* o processo da globalização: realidade ou mito *mediático*? Neologismo para um processo cíclico? Integração dos mercados ou desigualdade e exclusão de 4/5 da humanidade?
- *Apreender* a sua verdadeira extensão: globalização de quê? Quais os domínios afetados?
- *Aproveitar* as possibilidades instrumentais que o processo oferece através das três *revoluções* supracitadas, considerando-o como *via de duas mãos*, mas privilegiando a qualidade, propriedade e os interesses locais.

b) Patrimônio como oportunidade de mudanças:

Tal oportunidade significa tirar partido do pluralismo cultural como resposta coletiva para a reversão da tendência em curso, através da revalorização do patrimônio, como núcleo de resistência e refúgio da identidade, mas também como possibilidade de inserção do local, do regional, do nacional, no global. Nesse sentido, torna-se útil verificar as relações do patrimônio – cultural e natural – com os fundamentos do conceito original, o ecodesenvolvimento.

• Patrimônio e desenvolvimento endógeno

Trata-se da promoção de um processo de modernização, de dinamização ou revitalização econômica, dentro dos limites (dinâmicos) da continuidade cultural, o que supõe, ao mesmo tempo, seletividade e adaptação das soluções e modelos exógenos, mas, sobretudo mobilização e revalorização dos recursos patrimoniais – naturais e culturais, tangíveis e intangíveis – disponíveis localmente: recursos do meio natural, monumentos e sítios históricos, mas também, folclore, conhecimento, saberes tradicionais, técnicas, criatividade e mesmo artimanhas da subsistência cotidiana, significando:

- *Valorizar* não apenas o patrimônio monumental e excepcional, mas também o patrimônio vernacular e suas expressões conviviais e cotidianas, os recursos patrimoniais não utilizados, subutilizados ou desperdiçados através de projetos geradores de emprego e renda para as comunidades locais. ,
- *Associar* a recuperação, conservação e preservação aos interesses das cidades e comunidades herdaram, construíram e expressam, garantindo-lhes o direito de usufruí-lo, criteriosamente.
- *Reconhecer* o papel do turismo seletivo, insubmisso e de baixo impacto, como fator de dinamização social e econômica, de integração local, regional, nacional, mundial e como fator de fixação da comunidade em seu próprio contexto e, inversamente, de sua atratividade.
- *Redefinir* as relações do contexto abordado – comunidade, região, país - no *espaço* e no *tempo*. No primeiro, através do aproveitamento das possibilidades instrumentais, para assegurar com vantagem a inserção do local no universal. No segundo, através do exercício da solidariedade intra e intergeracional, prevalecendo os princípios de equidade no presente, respeito e reverência ao passado e responsabilidade em relação ao futuro, concernente ao patrimônio coletivo.

• Patrimônio e satisfação das necessidades fundamentais – materiais e imateriais

Na identificação primária das necessidades fundamentais – materiais e imateriais -, as primeiras se apresentam mais visíveis, embora não se reduzam ao trinômio alimento-vestimenta-abrigo, as segundas compreendem subjetividades inerentes ao desabrochar dos indivíduos, ao seu bem-estar, às suas realizações, à sua felicidade e à sua razão de existência. Tais necessidades devem, portanto, ser expressão dos próprios indivíduos e comunidades, mas exigem, para a sua satisfação, o exercício de solidariedade sincrônica – permitindo o atendimento das gerações presentes (viver em plenitude) – e diacrônica, através da qual o legado dos recursos patrimoniais, culturais e naturais poderá ser garantido às gerações futuras, permitindo-lhes atender as suas próprias necessidades e decidir o seu próprio futuro (UNESCO, 1997).

- **Patrimônio e sua harmonização com o meio ambiente**

O patrimônio é, por excelência, indissociável do meio ambiente, ao menos por três razões fundamentais: o meio ambiente é patrimônio que se constitui dele mesmo, em sua dimensão natural; em sua dimensão cultural, o patrimônio relaciona-se ao meio ambiente, base de atividades que o influencia e condiciona; o patrimônio exige e requer um meio ambiente de qualidade para poder existir e subsistir. Além disso, a distinção entre patrimônio natural e cultural é por si mesma cultural. A ampliação científica do conceito deverá proporcionar novas relações entre cultura e natureza e nova abordagem sobre a significância do exemplo excepcional e do aparentemente banal, e da analogia entre diversidade biológica e diversidade cultural, como patrimônio indispensável da humanidade.

- **Patrimônio e transformações sociais**

A consideração do patrimônio no novo paradigma pode significar a oportunidade e a necessidade de reforçar o papel do Estado – tornado insignificante no processo *globalizante* já referido – sobretudo como refúgio de identidade e garantia da diversidade, ao garantir uma cultura legítima: a sua própria. O Estado terá também os instrumentos incitatórios de mobilização e de coordenação dos demais atores sociais, para o relançamento do processo de planejamento de caráter participativo, resultando em ações conseqüentes, pactuadas. Desta forma, reafirma o seu papel de planejador, de coordenador e de indutor do desenvolvimento mais solidário, definindo estratégias descentralizadas, a partir de bases, iniciativas e contextos locais, naturais e culturais, levando em consideração horizontes de curto, médio e longo prazos.

6. CIDADE, PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E GLOBALIZAÇÃO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

A busca da sustentabilidade da cidade a partir da valorização do seu patrimônio natural e cultural, encontra razão no fato de tratar-se de um suporte natural continuamente transformado pelas práticas sociais que lhe conferem usos e funções. A definição dessas práticas, influenciada (ou comandada) por interesses exógenos, ou resultante de conflitos, ou motivada por concertação entre os atores urbanos - sociedade, governo, mercado - vai modelar o espaço urbano, conferindo-lhe níveis distintos de sustentabilidade.

A adoção de um enfoque sistêmico do espaço urbano, exigência do enfoque sustentável, é fundamental para repensar a cidade não apenas em termos materiais, infra-estruturais ou mesmo ambientais, mas para transformá-la na expressão da sociedade que a habita, na sua singularidade, especificidade e intimidade, estabelecendo com os espaços (singulares) - entorno, bairros, ruas, praças, edifícios - relação de apropriação (ALKMIN, 2000). Nesse sentido, os espaços naturais e culturais representam lugares significativos por assumir o caráter de símbolos de reafirmação da identidade cultural (NOVELLO, 2000).

- **Desafios**

No entanto, não é tarefa simples fazê-lo, pois o sistema urbano constitui um profundo desafio à sustentabilidade. Como compatibilizar os sistemas natural e cultural, num *habitat* artificial "por natureza", que não pode perdurar sem aportes constantes de energia, matéria-prima, água, alimentos? Enquanto ambiente artificial, apresenta-se como centro de captação de fluxos externos e a busca da sustentabilidade estaria relacionada, do ponto de vista material, ao esforço (medidas) para minimizar o consumo de energia fóssil, matérias, emissão de resíduos e, gerir judiciosamente os seus recursos materiais, não materiais e humanos.

Tantos outros desafios se configuram, desde a indefinição, compreensão equivocada e uso indiscriminado do conceito de sustentabilidade, até as dificuldades operacionais que lhe são inerentes, o que não invalida ao menos a sua compreensão como um processo de construção de uma nova racionalidade espacial, traduzindo aspectos econômicos, ecológicos, sociais e culturais locais. São, no entanto, pertinentes as barreiras (ALVA, 1997: 81) representadas pela: visão reducionista e pontual da problemática urbana; inclusão longo prazo em função dos interesses das gerações urbanas futuras; adoção de uma cultura de solidariedade e de consumo frugal em função do reconhecimento e fixação de limites de produção e consumo; desigualdades sociais que originam o *apartheid* urbano; diferentes dinâmicas de integração entre a inserção global e, as especificidades e interesses locais.

Entretanto, a impossibilidade de imitar o modelo perdulário e dominador das metrópoles globais, traduzidas em crise urbana, deverá acelerar a busca de um novo paradigma, reafirmando a identidade local, regional e nacional. Segundo Emelianoff (1994), três enfoques urbanos sustentáveis assim se delineiam, privilegiando o ecossistema, o patrimônio e a democracia:

- A cidade *ecossistêmica*: (econômica, equilibrada, compacta), domínio da ecologia científica, buscando: melhor utilização dos recursos locais; redução da mobilidade pela racionalização dos transportes e dos empregos locais; racionalização de energia, pela redução da utilização energias fósseis, exploração de energias renováveis e minimização de resíduos (economia e reciclagem); racionalização dos espaços, explorando as complementaridades trabalho- habitação- lazer.
- A cidade *patrimonial*: (diversidade, cultura, natureza), domínio da ecologia cultural, buscando: identificação e valorização dos recursos locais culturais e naturais; reapropriação dos locais culturais, edifícios históricos e de significação coletiva; valorização do patrimônio vivo e natural - habitat, flora e fauna urbanos - e "renaturalização" da cidade; reconquista do espaço urbano através do sentimento de pertencimento à cidade, ao bairro, aos lugares, da convivialidade (da não-exclusão social), da atratividade, e da melhoria da qualidade de vida.
- A cidade *participativa*: (vida cívica, cidadania), domínio da ecologia política, buscando: valorização das competências humanas locais; reconstrução de uma identidade comunitária; dinâmica urbana; vida cívica; participação política dos habitantes e desafio democrático local de valorização das decisões concertadas, construídas, dialogadas; descentralização política, extensiva à população; mobilização e redefinição de estratégias parcerias; identificação e consideração das necessidades e dos desejos locais; em função de realidade, meio físico, humano e práticas locais.

É ainda importante observar que a relação meio urbano e sustentabilidade, exige a superação da dicotomia cidade-campo, em busca de novas configurações rural-urbanas (SACHS, 1996). Trata-se de importante desafio, representado pelo esforço de redução do fluxo de "refugiados do campo" para a cidade, através da melhoria das condições de vida e de trabalho, onde são fundamentais o incentivo à agricultura familiar, a criação dos empregos não agrícolas, a descentralização industrial e o desenvolvimento de complexos agro-industriais integrados a partir da biomassa tropical.

No espaço da cidade, há de se reconhecer o seu potencial de desenvolvimento endógeno (SACHS, 1988) explicitado por seus recursos latentes, materiais e não materiais, mal e subutilizados, ou mesmo, desperdiçados - irracionalidade do uso de recursos, equipamentos, estruturas urbanas e serviços desnecessários, pouco ou mal utilizados, mal mantidos, entre outros, os quais se encontram tanto na economia *legal* quanto na economia *real* evidenciados nos níveis antropológico (recursos humanos, estratégias criativas de sobrevivência), ecológico (recursos do ecossistema urbano), tecnológico (tradicionais e modernos, manutenção das estruturas urbanas), institucional (novas formas de associação entre grupos civis, Estado, mercado) e político (instrumentos apropriados de gestão).

Trata-se, a rigor, de potencial relacionado ao patrimônio natural e cultural aqui anteriormente referido e discutido, como por exemplo: os espaços verdes e sítios culturais como referências patrimoniais, espaços de integração e suporte de identidade e sentido de pertencimento (NOVELLO, 2000); o lugar identitário, do morador local, das suas práticas cotidianas, da sua própria história, percebido, como uma particularidade oposta à global; mas também a revalorização do *lugar*, do seu patrimônio cultural e natural, como suporte do turismo seletivo, enquanto oportunidade inserção global; o capital social local, representado pelos indivíduos e sua capacidade de formação de redes cooperativas, como nos metabolismos naturais.

- **Estratégias e ações comuns recomendadas**

Os instrumentos legais e as estratégias de planejamento, assim como as recomendações acadêmicas, são, obviamente, elementos fundamentais mas não suficientes para a garantia da sustentabilidade urbana, se não se traduzem em objeto de concertação dos variados atores que atuam no meio urbano. O recém-aprovado Estatuto da Cidade, não vai garantir, por si só, tal condição, apesar de prever em seu conteúdo, o controle do uso do solo, as complementaridades entre atividades urbanas e rurais e, a adoção de plano diretor e de plano de padrões de produção e de consumo de bens e serviços compatíveis com os limites de sustentabilidade ambiental, social e econômica do município e de seu entorno. Entretanto, verifica-se que as recomendações que aparecem na literatura recente, parecem

repetir-se em consenso (NOVELLO, 2000; ALVA, 1997; PEREIRA e ULTRAMARI, 2000; Agenda 21 brasileira, 2000), como por exemplo:

- Promoção do desenvolvimento institucional, fortalecimento da capacidade de planejamento e incorporação de mecanismos participativos e de gestão democrática da cidade;
- rearranjos institucionais permitindo novas formas de organização de espaços urbanos mais eficientes e estruturas materiais mais compatíveis com o meio ambiente e a cultura locais;
- inserção seletiva da cidade no mercado global, redução das diferenças sociais, culturais e econômicas do crescimento periférico, criação de oportunidades de emprego e renda;
- eliminação das deseconomias de aglomeração, das externalidades negativas e dos desperdícios;
- aperfeiçoamento do controle do uso e ocupação do solo, dos sistemas de transporte e "domesticação" do automóvel como veículo de transporte urbano, desenvolvimento e aplicação de instrumentos econômicos de gerenciamento dos recursos renováveis;
- promoção de mudanças no padrão de produção e consumo na cidade, adoção de estilos de vida próprios, não miméticos e frugais, redução de custos e desperdícios e, desenvolvimento de tecnologias urbanas e arquitetônicas sustentáveis;
- valorização do meio natural e cultural, melhoria da qualidade de vida e inserção de parâmetros de qualidade ambiental urbana;
- reestruturação e criação de laços de sociabilidade, elegendo o lugar como espaço de resistência à fragmentação do território em curso;

7. CONCLUSÃO

Circunscrito em seu quadro tradicional, apesar de suas contradições, o patrimônio – natural e cultural – representa grande problema para as nações e comunidades contemporâneas: como protegê-lo, restaurá-lo, preservá-lo e transmiti-lo às gerações futuras, diante da explosão avassaladora de uma cultura globalizada, pós-moderna, que elegera a padronização, a efemeridade e a autofagia como elementos fundamentais de sua dinâmica?

Contraditoriamente, um mundo cada vez mais interdependente não tem feito dessa interdependência expressão de solidariedade. Além disso, essa mesma dinâmica uniformizadora, que integra países através de mercados, exacerba as desigualdades e a exclusão da grande maioria da humanidade, situando a marginalidade numa perspectiva mundial. Crescente globalização da miséria, sobretudo diante do grande vazio existente, ocasionado pela perda da ideologia que defendia os mais pobres. Como justificar, então, a prioridade de alocação de vultosos investimentos para a recuperação, conservação e preservação de um patrimônio cultural, por um lado, anacrônico diante dos novos valores e, por outro, não raramente até renegado pela própria comunidade que lhe é depositária? Como também justificá-los, quando se trata de ambientes naturais exauridos, contaminados ou já em alto grau de artificialização?

Entretanto, no momento em que se expande o conjunto de crises econômicas, sociais, culturais e se perdem valores e ideologias, a idéia de patrimônio enraizado no passado, assegura, dá confiança e esperança na reafirmação da própria identidade, mas também mobiliza para restaurar a capacidade de decidir o próprio futuro, pela escolha de alternativas para um outro desenvolvimento, partir da valorização dos recursos do patrimônio local – cultural e natural, tangível e intangível – portanto, mais próximo do ideal de ser ecologicamente prudente, socialmente mais justo, economicamente viável, numa perspectiva sustentável, de longo prazo.

O mesmo se verifica em relação às cidades, especialmente da periferia do capitalismo global, com seus enclaves miméticos inseridos numa extensão miserável, de excluídos da mesma globalização. Entretanto, a cidade do século XXI, mesmo periférica, pode representar uma esperança ao compreender-se o processo de urbanização como fator de melhor acesso à informação, à educação, à saúde, como facilitador da diversificação e enriquecimento de estilos de vida e de trocas culturais, como catalisador de avanço social e cultural. O novo paradigma, produto da participação popular e da concertação entre sociedade civil, Estado e mercado, deverá proporcionar a possibilidade de reorganização da cidade enquanto espaço construído complexo e plural, tirando partido das condições impostas pelas duas vias da globalização para satisfazer as necessidades de todos. Para tanto, a

salvaguarda do patrimônio natural e cultural urbano poderá constituir o ponto de partida para a melhoria da qualidade de vida e à reafirmação da identidade, buscando-se, inclusive, a construção de modelos próprios de arquitetura e urbanismo, produtos resultantes da criatividade local e adequados ao contexto social, econômico ecológico e cultural local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agenda 21 Brasileira. Bases para discussão. W. Novaes (coord.). Brasília: MMA/PNUD, 2000.

ALCKMIN, Maria Lucia. **Princípios teóricos para a compreensão dos novos modelos de cidade.** In: **IX Congresso Iberoamericano de urbanismo: o desafio do século XXI: a reconquista da cidade.** Recife, 27 a 30 de novembro de 2000 (cd-room).

ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (in)sustentáveis.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

BRUNDTLAND. CMMAD. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

EMELIANOFF, Cyria. Les villes dourables. In: **Ecologie Politique**, v.IV, nº1, 1995, pp.37-58

IANNI, Octavio. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

MICOUD, André. Le bien commun des patrimoines. In: **Patrimoine culturel, patrimoine naturel.** Paris: La Documentation Française, 1995.

NOVELLO, Alejandra et alii. La identidad colectiva como insytrumento de reconquista de la ciudade del Siglo XXI. In: **IX Congresso Iberoamericano de urbanismo: o desafio do século XXI: a reconquista da cidade.** Recife, 27 a 30 de novembro de 2000 (cd-room).

PEREIRA, Gislene; ULTRAMARI, Clovis. **Sustentabilidade no meio urbano: algumas considerações.** Salvador, ENTAC, abril de 2000 -cd-rom.

Que Faire?. 2e. ed. Fondation Dag hammarshjöld. **Développement Dialogue** (Paris: nº 1/2 1975).

RAMONET, Ignacio. "La mutation du monde". In: **Le Monde Diplomatique**, octobre, 1997.

SACHS, Ignacy. **Social sustainability and whole development.** Frankfurt: Institut für Sozial Ökologische Forschung/UNESCO's MOST Program, 1996 (mimeo).

_____. Los asentamientos humanos: administración de los recursos y del medio ambiente. **Revista Interamericana de Planificación**, v.XXII, nº 85, enero-marzo, 1988, p.59-66

SACHS, Ignacy; ABRAMOVAY, Ricardo. **Nouvelles configurations villes campagnes.** Document pous la Conférence Habitat II, Istambul: juin 1996. Roma: FAO, 1996 (fotocópia).

SANTOS, Milton et al. **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

UNESCO. **Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento.** Javier P. de Cuellar (org.) Campinas (SP): Papirus, Brasília: UNESCO, 1997.

